

Lionel Leong revelou ontem o valor da dívida do Macau Jockey Club: 150 milhões de patacas. O secretário para a Economia e Finanças assegurou que o montante deve ser saldado no prazo de três anos, caso contrário, a concessão será anulada.

Macau Jockey Club deve 150 milhões ao Governo



CATARINA VILA NOVA
CATARINAVILANOVA.PONTOFINAL@GMAIL.COM

A Companhia de Corridas de Cavalos de Macau tem uma dívida de 150 milhões de patacas ao Governo, revelou ontem Lionel Leong. No novo contrato, que não foi ainda publicado em Boletim Oficial, a empresa compromete-se a liquidar esta dívida no prazo de três anos, sob pena da concessão ser anulada, explicou o secretário para a Economia e Finanças. “Como eles têm manifestado a sua vontade de querer continuar a funcionar, nós exigimos que eles têm de pagar todas as despesas dentro de três anos. Agora faltam 150 milhões e nós estamos a exigir que eles paguem as despesas

que estão a dever conforme a alteração de contrato. No contrato está claro que se eles não conseguirem pagar dentro de três anos a concessão vai ser anulada”, assegurou o governante. Segundo explicou ontem Lionel Leong, desde 2002 que o Macau Jockey Club tem vindo a informar o Governo das perdas registadas, razão pela qual não

teria capacidade para pagar a renda anual. Por esta razão, em diferentes anos, a empresa ficou isenta deste pagamento de forma parcial ou total. O governante referiu ainda que, de acordo com o contrato de 1997, a empresa teria que pagar 25 milhões de patacas pelos direitos de exploração das corridas da cavalo, valor este que, em 2005, foi revisto

em baixa para os 15 milhões. Em 2015, a companhia estava a dever 200 milhões de patacas, valor que teria que ser pago em tranches anuais de 20 milhões durante 10 anos. Actualmente, a dívida é de 150 milhões e deverá ser saldada em três anos. “Antes, [a dívida era de] 200 milhões e, em 2015, nós detectámos o problema e exigimos que eles paguem.

Agora são 150 milhões”, disse Lionel Leong, à margem do seminário sobre o 15º aniversário do Fórum Macau. “Quando eles obtêm receitas de mais de 2,5 mil milhões eles têm de pagar [um por cento de imposto sobre o jogo]. Como vocês sabem, ao longo dos anos, o Macau Jockey Club tem registado perdas e, portanto, não tem pago estes

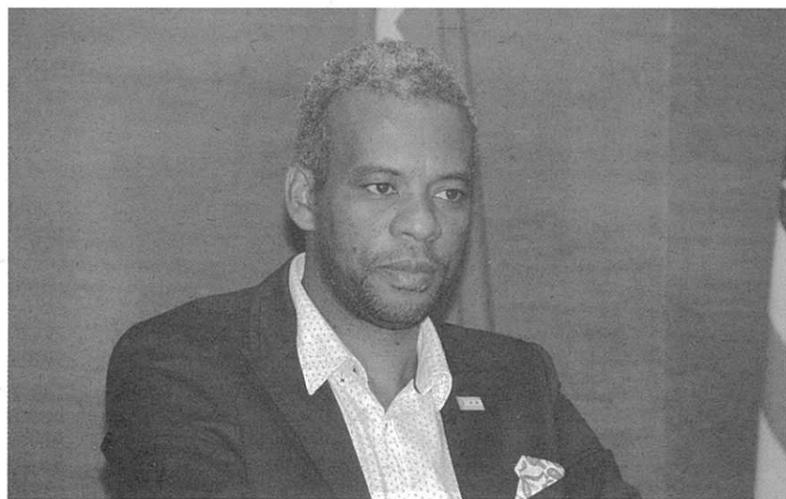
impostos”, acrescentou o secretário. Quanto à obrigação da companhia entregar, ao Fundo de Pensões, uma importância correspondente a 1% do montante anual das apostas mútuas registadas no totalizador, este pedido foi revogado em 2005, aquando da revisão do contrato.

Na segunda-feira, o Governo assegurou que a renda do terreno tem vindo a ser paga “sem qualquer atraso, até hoje”, após a Rádio Macau ter noticiado que esta não era paga desde 2009. Quanto às restantes dívidas, o mesmo comunicado indicava que o Executivo exigia, desde 2015, que estas fossem saldadas no prazo de três anos.

O contrato da concessão da Companhia de Corridas de Cavalos de Macau foi renovado, em finais do mês passado, por um período de 24 anos e seis meses, ou seja, até 31 de Agosto de 2042. Em finais de 2016, a empresa tinha prejuízos acumulados de 4.073 milhões de patacas. O Executivo justificou a renovação do contrato de uma empresa que apresenta perdas consecutivas com o investimento de 1.500 milhões de patacas que a mesma se comprometeu a fazer. Este valor será destinado à melhoria das instalações e a actividades não relacionadas com o jogo.

Empresas de S. Tomé com poucas possibilidades de se candidatarem ao Fundo da Cooperação para o Desenvolvimento

FÓRUM MACAU



Tendo em conta as especificidades do sector empresarial de S. Tomé e Príncipe, as suas empresas têm poucas possibilidades de se candidatarem a um financiamento do Fundo da Cooperação para o Desenvolvimento. A afirmação é de Gualter Vera Cruz, delegado de S. Tomé e Príncipe no Fórum para a Cooperação Económica e Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa, em declarações ao PONTO FINAL. Segundo avançou o mesmo responsável, até ao momento, nenhuma empresa são-tomense avançou com projectos para obter apoio financeiro junto do fundo de mil milhões de dólares norte-americanos. Vera Cruz falava a este jornal à margem do seminário sobre o 15º aniversário do Fórum Macau. “Não devemos ver a questão do fundo na perspectiva de haver projectos que se candidatam ao fundo existente. Quando se fala em projectos candidatos ao fundo, pode parecer que os projectos são destinados especificamente ao fundo”, notou Gualter Vera Cruz. Em alternativa, o delegado sugere que se criem mecanismos dentro do fundo, de forma a encontrar “soluções próprias e financiamento para os possíveis projectos”.

“É preciso encontrar mecanismos e eu creio que o seminário que se faz hoje é nessa perspectiva, de se perceber as características dos diferentes países e como é que se pode fazer essa relação entre as pequenas empresas dos diferentes países”, disse o delegado.

No mês de Março, S. Tomé e Príncipe cumpre um ano desde que aderiu ao Fórum Macau, na sequência do retomar das relações diplomáticas com a República Popular da China. Na semana passada, o Presidente são-tomense nomeou Isabel Domingos para o cargo de embaixadora em Pequim, que deverá assumir funções muito brevemente. Como representante de S. Tomé e Príncipe no Fórum Macau, Gualter Vera Cruz será um elemento mais próximo da embaixada, podendo “rapidamente contactar e encontrar formas de ultrapassar questões que possam surgir”. C.V.N.



LIONEL LEONG: SECRETÁRIOS DEVEM MANTER DIÁLOGO COM MINISTROS

Lionel Leong defendeu ontem, em declarações aos jornalistas, que, como titular de um dos principais cargos, deve manter um diálogo com os ministros do Governo Central, de forma a inteirar-se da situação nacional. O secretário para a Economia e Finanças respondeu assim às declarações de Ho Iat Seng, presidente da Assembleia Legislativa, que classificou como “inoportunas” as visitas dos secretários a Pequim durante a sessão da Assembleia Popular Nacional. “Nós iremos, através do gabinete do Chefe do Executivo, comunicar com os vários ministros para organizar os encontros e nós iremos participar conforme os mecanismos anteriores”, acrescentou Lionel Leong. Também Alexis Tam respondeu já às críticas de Ho Iat Seng, dizendo que os encontros em Pequim surgiram na sequência de convites de responsáveis do Governo Central. C.V.N.